

Boletim da FNP

Edição Especial - outubro de 2017

ESPECIAL PETROS

Equacionamento da Petros: UMA LUTA PELA DIGNIDADE!

No dia 12 de setembro, o Conselho Deliberativo da Fundação Petrobrás de Seguridade Social (Petros) aprovou o Plano de Equacionamento do Déficit (PED) do Plano Petros do Sistema Petrobrás (PPSP), registrado em 2015 com o valor total de R\$ 22,6 bilhões.

A direção da Petrobrás informou que a estimativa de atualização do montante, até a data prevista para o início da implementação do plano, em dezembro de 2017, atingirá cerca de R\$ 27,7 bilhões.

Em artigo, Fernando Siqueira, presidente do Conselho Fiscal da Petros e

vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás – AEPET, afirmou que o equacionamento do déficit do plano Petros, proposto pela Diretoria da Petros, inviabiliza o Plano.

“E isso atende o interesse dos bancos: querem tomar conta dos R\$ 809 bilhões em poder dos fundos de previdência fechados. Mas o principal objetivo é tirar o compromisso da Petrobrás com o Plano para privatizá-la, pois quem quer comprá-la não quer assumir riscos. E os participantes, sem ter tido chance de influir nas administrações danosas, são convocados a pagar a conta”, ressaltou no texto.

Na visão da Petros, o déficit do PPSP, que é um plano de benefício definido, teve entre as principais causas, ajustes estruturais de natureza atuarial, como atualização do perfil das famílias e melhoria da expectativa de vida dos participantes e assistidos. Além disso, sofreu influência de acordos e provisões judiciais e impactos da conjuntura econômica sobre os investimentos, “que se refletiram em rentabilidade abaixo da meta atuarial, como ocorreu com boa parte



dos fundos de pensão”, disse em nota.

No entanto, vale lembrar que a Petros é gerenciada por profissionais indicados pela direção da Petrobrás, os famosos “cargos de confiança”, responsáveis pelas más decisões tomadas no fundo de pensão.

Além disso, Siqueira chama atenção para o fato de que o Conselho Fiscal esteja sendo impedido, indevidamente, pelo Conselho Deliberativo de contratar a revisão atuarial do passivo do plano PPSP em face desse equacionamento absurdo. “Este é um dos itens que leva à rejeição das contas da Petros há 14 anos, sendo que, nos últimos 4 anos, por unanimidade”, disse.

O DÉFICIT

De acordo com a legislação e resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar, o déficit deverá ser equacionado paritariamente entre a Petrobrás e a Petrobrás Distribuidora BR, que são as patrocinadoras e os participantes e assistidos do PPSP. Caberá à Petrobrás um valor total de R\$ 12,8 bilhões e à BR de R\$ 0,9 bilhão.

Segundo a companhia, o desembolso pelas patrocinadoras será decrescente ao longo de 18 anos, e é estimado, no primeiro ano, que seja de R\$ 1,4 bilhão para a Petrobrás e R\$ 89 milhões para a BR.

Segundo Ronaldo Tedesco, conselheiro eleito da Petros, para os assistidos, a contribuição estimada será na ordem 3,31 vezes mais do que ele contribui hoje, sendo que os pré-70 não vão contribuir com nada. As pensionistas, que não contribuam, vão ter que contribuir com alguma coisa. Para os ativos, a contribuição vai au-

mentar 2,63 vezes. No site da Petros (www.petros.com.br), de acordo com Tedesco tem um link para simular quanto será a contribuição extraordinária de cada um.

Sobre o PP2, Tedesco explica que não uma migração para ele. “Na verdade, houve a pessoa fazer a repactuação e depois fazer o Benefício Proporcional Opcional (BPO). Nesse caso, ela vai para o Petros 2 e, assim, também vão ter que equacionar. Em outras palavras, também irão pagar algum valor. Os que estão no PP-2 não irão contribuir, pois o déficit é do PPSP “

Mas, para Tedesco, equacionamento é muito abusivo. “Ele tem uma situação que se torna inviável o pagamento tanto por parte dos ativos, quanto dos assistidos. É uma situação bastante grave, irregular que nós estamos batalhando contra”, disse.

A Petrobrás informou ainda que o déficit já está contemplado nas suas demonstrações financeiras e por isso não provocará impacto no resultado de 2017.

No entanto, Siqueira alerta que o equacionamento está sendo proposto sem a apuração do passivo atuarial real, sem uma validação dos dados levantados pela atuária Mirador. Segundo ele, há uma série de indícios de que há falhas no levantamento da reserva matemática – passivo. Portanto, o valor do déficit a equacionar é duvidoso. Além disso, ressalta que a direção da Petrobrás tem uma série de dívidas com a Petros, que não foram cobradas até hoje.

Portanto, conclui Siqueira que “os participantes não tiveram a menor chance decidir sobre os maus investimentos; não tiveram chance de evitar a gestão temerária; não tiveram o direito de cobrar as dívidas da patrocinadora; não tiveram sequer o direito de eleger dois diretores, mesmo sendo donos do PPSP. Por que motivos são obrigados agora a pagar essa conta?”.

Em meados deste ano, o jornal Valor Econômico divulgou que ex-presidente da Petros teria ganhado apartamento em Nova York e revelou diversas falcatruas.

Na época, o veículo de comunicação revelou que, em delação premiada, o empresário Joesley Batista disse que pagava ao PT e aos presidentes dos fundos Petros (Petrobrás) e Funcef (Caixa Econômica Federal) o correspondente a 3% do valor das operações.

Desse montante, 1% ia para o partido, 1% para o presidente da Petros e 1% para o presidente da Funcef.

O jornal também informou que em determinado momento, Batista confessa ter transferido para o então presidente da Petros, Luis Carlos Afonso, a propriedade de um apartamento em Nova York no valor de US\$ 1,5 milhão. Afonso também foi beneficiário de US\$ 5 milhões em dinheiro. O antecessor dele no fundo, Vagner Pinheiro, também recebia propina, segundo Joesley Batista. Diante disso, de quem é a dívida?

Imposto sobre a renda de Pessoa Física

Para piorar a situação, segundo ementa da Receita Federal sobre Contribuição Extraordinária a Plano Fechado de Previdência Complementar Indedutibilidade, as contribuições extraordinárias, ou seja, aquelas que se destinam ao custeio de déficit, serviço passado e outras finalidades não incluídas na Contribuição normal, às entidades fechadas de previdência complementar, não são dedutíveis da base de cálculo do imposto sobre a renda da pessoa física.

Isso significa que tudo que for pago de extra pelos assistidos da Petros não poderá ser deduzido no final do ano no Imposto de Renda. “O trabalhador terá que arcar com esse déficit plenamente”, explicou Adaedson Costa, diretor da FNP e do Sindipetro-LP.

M É O ROMBO?

Em defesa da Petros

Desde que foi aprovado o Plano de Equacionamento do Déficit Técnico do Plano Petros do Sistema Petrobrás (PPSP), tem se tido notícias de diversas iniciativas importantes que devem ser acompanhadas e entendidas por todos os participantes e assistidos da Petros.

Entre essas iniciativas, destaca-se como a principal, no entendimento da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), a reunião realizada no dia 25 de setembro, na OAB/RJ.

Esse encontro contou com a presença de representantes da Federação das Associações dos Aposentados, Pensionistas e Anistiados do sistema Petrobrás e Petros (FENASPE), da FNP, do Grupo em Defesa dos Participantes da Petros (GDPAPE), Conselheiros eleitos e suplentes da Petros, entre muitos outros participantes e assistidos independentes que estiveram presentes no evento.

Além de buscar responder as mais recorrentes dúvidas, a reunião da OAB/RJ buscou estabelecer um plano coordenado para atuação das entidades envolvidas no processo de discussão do Plano de Equacionamento.

Essa ação coordenada envolverá, a princípio, as seguintes medidas:

- Fazer notificações extrajudiciais.
- Ingressar como terceiros interessados no processo administrativo.
- Ajuizar ações de cobranças, com diversas demandas diferenciadas e correlacionadas.
- Impetrar mandado de segurança após ato da Previc.
- Elaboração de ações individuais (ou em grupo) com adoção de teses unificadas.

Diversas iniciativas jurídicas, administrativas e institucionais se incorporam a essa estratégia jurídica coordenada, envolvendo também o Ministério Público e a Procuradoria Geral da República, com cobrança de dívidas específicas como SOPÃO, Grupo 78/79, Regresso de ações ju-

diciais, RMNR, PCAC etc., além da busca incessante por um fórum de solução negociada desse processo.

Diversos encontros e palestras com participantes e assistidos, a nível nacional, estão sendo realizadas, afim de responder os questionamentos e explicar a estratégia decidida. Por outro lado, as entidades já deram entrada com a maioria das iniciativas coordenadas.

Entretanto, embora exista um esforço de unificação das iniciativas, alguns atores desse processo ficaram de fora do Encontro da OAB/RJ e estão atuando de forma independente. É importante que entendamos suas iniciativas.

Ação da AMBEP

Apesar de convidada, a Diretoria da AMBEP preferiu não participar do Encontro da OAB/RJ. Desde a metade do ano – portanto, antes mesmo da aprovação do Plano de Equacionamento pelo Conselho Deliberativo da Petros - a AMBEP vem incentivando a adesão de seus associados (e a associação de novos sócios) em uma ação que, basicamente, questiona o Plano de Equacionamento, a partir da situação dos ativos da Petros e a responsabilidade das patrocinadoras sob o ponto de vista da baixa rentabilidade dos mesmos.

Qualquer resumo sempre é perigoso, e podemos aqui estar cometendo alguma falha na análise dessa iniciativa daquela entidade. Nosso entendimento é que a linha de atuação da AMBEP já foi seguida em outro processo de Equacionamento, no caso da FUNCEF (fundo de pensão do pessoal da CEF). A princípio não se choca com a linha geral de atuação que estamos buscando coordenar com FENASPE, FNP e GDPAPE.

Ação da FUP

A Diretoria da Federação Única dos Petroleiros (FUP) também preferiu seguir uma linha de ação específica, sem coordenação com as demais

entidades. Segundo a página da entidade na internet, no dia 19 de setembro, a FUP ingressou com uma Ação Civil Pública para barrar a cobrança das contribuições adicionais dos participantes e assistidos do PPSP.

Segundo a FUP, “o plano de equacionamento foi aprovado antes mesmo da conclusão do recadastramento dos participantes e assistidos do PP-1, cujo resultado pode alterar significativamente o valor de componentes do déficit, como, por exemplo, o da Família Real, cujo impacto é de R\$ 5,2 bilhões. Além disso, a origem e valores deste e demais fatores geradores do déficit do plano deveriam ter sido identificados para que os participantes e assistidos fossem o menos possível impactados na parte da conta que lhes é de responsabilidade.

A FUP conclui que “o equacionamento também precisa levar em consideração as submassas de repactuados e não repactuados. Essas e outras questões são questionadas pela FUP na Ação Civil Pública que cobra a suspensão das contribuições adicionais determinadas pelo plano de equacionamento e exige a realização de auditorias externas e independentes do déficit. A Federação reconhece que o Plano Petros-I precisa de novos recursos financeiros e sempre esteve aberta a negociar uma solução para o problema, como fez durante o Acordo de Obrigações Recíprocas, cujos aportes foram fundamentais para impedir a insolvência do plano”.

Contradições da FUP

Para nós, não fica claro que problemas estruturais a FUP aponta no PPSP. Segundo o seu Conselheiro Deliberativo tem afirmado em diversos vídeos nas redes sociais, o problema estrutural é provocado pela existência de reajustes dos benefícios dos assistidos, que acompanham os reajustes dos ativos.

Nossa opinião tem sido claro sobre esse ponto específico. O PPSP tem previsão de custeio para essa situação de reajuste de benefício. Esse custeio é integral das patrocinadoras. O problema estrutural do PPSP é que a Petros se recusa a calcular

o impacto desses reajustes nos benefícios e a cobrar das patrocinadoras esse compromisso.

O mais curioso nessa polêmica é que tanto a Petros, como as patrocinadoras (Petrobrás e BR Distribuidora), como também o DEST (Departamento de Controle das Estatais) e a própria FUP mantiveram o custeio preexistente de integral responsabilidade das patrocinadoras no Regulamento do PPSP, o que foi corroborado pela Previc, órgão de fiscalização do Governo Federal, por ocasião da chamada repactuação do nosso plano.

O equívoco da Federação Única dos Petroleiros é tamanho que a cláusula do Acordo de Níveis defendida e assinada por aquela federação incluía o termo “sem impacto financeiro para a Petrobrás”. Pois bem, o que não poderia impactar financeiramente a Petrobrás está impactando participantes e assistidos da Petros. São R\$ 27 bilhões de déficit técnico para a gente pagar.

PPSP. A FUP se negou, enquanto exerceu a gestão da Petros, a nos acompanhar na rejeição das contas da Fundação.

Sistematicamente, a FUP aprovou as contas da Petros, sem qualquer questionamento relevante.

Chegando ao ápice, nesse ano, de negociar a aprovação das contas no CD pelo compromisso em realizar a separação de massas que a Petros voltou a defender.

A questão da Família Real, há mais de uma década apontada pelos conselheiros eleitos que mantém uma postura de independência em relação aos governos e partidos políticos, foi ignorada pela FUP até agora, quando chegou a cifra de R\$ 5 bilhões.

Se há 14 anos tivesse sido enfrentado esse debate, o déficit técnico enfrentado agora teria números bem diferentes.

Mas, sem reconhecer os erros que cometeu à frente da Petros (e da própria Petrobrás), a FUP mantém uma linha isolada de atuação, responsabilizando aqueles que mantiveram seus direitos na repactuação e insistindo na cisão do nosso plano e na separação de massas que só irá agravar os nossos problemas e facilitar a saga entreguista da atual diretoria da Petrobrás.

Problemas do PPSP

Temos afirmado repetidamente que os problemas do PPSP são multidisciplinares. Ou seja, não têm uma só origem, e muito menos, uma só solução.

A divisão do déficit técnico em

duas partes, estrutural e conjuntural, ajuda a entender um pouco.

A parte conjuntural, extraordinária se refere a problemas com a situação específica de ativos que a Petros detém e não estão rentabilizando como deveriam. Dos R\$ 27 bilhões, cerca de R\$ 10 bilhões se referem a esses problemas conjunturais.

O restante é o que chamamos de déficit estrutural, e se refere aos problemas específicos que estamos enfrentando, como a questão da Família Real, do teto dos 90%, das ações de níveis, do Acordo de Níveis etc. Como devemos enfrentar estes desafios?

Todos participantes da Petros têm que ter em mente que agora é a hora de ficar atento e todos os passos, tem muita água para passar por debaixo desta ponte até definitivamente começar haver o pagamento deste nefasto equacionamento, logo de suma importância que os participantes, participe efetivamente das atividades das instituições ao qual são associados e se não for associado este é o momento de fortalecer as representações.

Ter a consciência que o patrimônio da Petros é dos participantes e somente este devem definir o futuro do fundo e que no equacionamento não foi discutido e tampouco houve a participação das representações ou até mesmo os conselheiros eleitos.

Importante salientar que se todas as ações aqui explicadas e apresentadas são a título de exemplificação, porém se tudo isto não der certo, VAMOS NOS APROPRIAR DO QUE É NOSSO!

**Com contribuição de Ronaldo Tedesco, membro do Conselho Deliberativo da Petros, e de Fernando Siqueira, conselheiro da Petros.*

AUDITORIA DO PASSIVO ATUARIAL

Outro aspecto contraditório é sobre o dimensionamento do passivo atuarial e o recadastramento do



Sindicatos da FNP: Sindipetro-AL/SE, Sindipetro-LP, Sindipetro-PA/AM/MA/AP, Sindicato-RJ e Sindipetro-SJC.

Diretoria Executiva da FNP: Adaedson Costa, Agnelson Camilo, Alealdo Hilário, Armando Munford, Claiton Coffy, Clarkson Messias, Eduardo Amaro, Eduardo Henrique Soares da Costa, Ivan Luiz de Andrade, José Roberto Azevedo, Lourival Júnior, Luiz Mário Nogueira Dias, Marcelo Juvenal, Natália Russo Lopes, Rafael Prado, Roberto de Castro Ribeiro.

Diagramação: Vanessa Ramos. **Redação:** Vanessa Ramos. **Endereço:** Avenida Presidente Vargas, 502, 7º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ CEP 20071-000 **Telefone:** (21) 2253-4210 / 96720-0668 **E-mail:** fednacpetroleiros@gmail.com